

Alcolumbre trabalha uma alternativa à anistia do 8/01

Líderes da oposição criticam conversas com ministros do STF

Por Gabriela Gallo

Como havia antecipado o Correio da Manhã, a solução alternativa para o projeto de anistia aos presos de 8 de janeiro de 2023 deverá vir mesmo da construção de um novo projeto. Em meio a todas as repercussões acerca da votação do projeto de lei que busca perdão de quem se envolveu nos atos antidemocráticos, os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), avançaram desde o início da semana na elaboração dessa alternativa.

O ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já haviam se manifestado contrários ao PL da Anistia defendido pelo Partido Liberal, o qual concede anistia não somente a todos os envolvidos nas depredações contra as sedes dos Três Poderes, mas também aos financiadores, planejadores e demais pessoas que incentivaram os atos antidemocráticos. Essa anistia ampla e irrestrita aos envolvidos em 8 de janeiro reforça uma discussão jurídica quanto à constitucionalidade da medida, principalmente para aqueles que financiaram e estimularam os atos.

Assim, discute-se nos bastidores uma alternativa para a anistia que seria um meio-termo do caso. Ela não concederia pleno perdão das ações de 8 de janeiro, mas iria propor uma redução nas penas aplicadas pelo Supremo a alguns dos condenados – que têm sido consideradas demasiadamente elevadas, especialmente para parlamentares da oposição. E retiraria dessa possibilidade os articuladores e financiadores da supos-



Antônio Cruz/Agência Brasil

Alcolumbre selecionou Pacheco para elaborar solução à anistia

ta tentativa de golpe que vem sendo julgada pelo Supremo.

Apesar da discussão sobre a votação da anistia estar acontecendo na Câmara dos Deputados, o presidente do Senado selecionou os senadores Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ex-presidente da Casa, Alessandro Vieira (MDB-SE) e Sergio Moro (União-PR) para estudarem alternativas para resolver o impasse sobre a anistia. Os senadores, escolhidos por sua formação em Direito e histórico de atuação em matérias penais, estudarão a medida juntamente com a consultoria jurídica do Senado. O Correio da Manhã já havia mencionado a articulação entre Alcolumbre e Rodrigo Pacheco sobre o tema.

Dosimetria

A proposta inicial é que o texto altere a dosimetria das penas aplicadas àqueles que invadiram as sedes dos Três Poderes, mas deixe de fora os financiadores, tal como as lideranças

responsáveis pelos atos e, consequentemente, a suposta tentativa de golpe de Estado. Com isso, essa alternativa exclui o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que virou réu por tentativa de golpe de Estado por determinação da Primeira Turma do Supremo. Todos os demais denunciados pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, por esse mesmo motivo ficariam também excluídos. A expectativa é que o texto seja apresentado por Alcolumbre ainda em maio.

Para alterar a dosimetria das penas aplicadas pelos ministros, a proposta visa alterar a lei acerca das determinações sobre tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito. Em 2021, o ex-presidente Jair Bolsonaro sancionou um texto que substituiu a antiga Lei de Segurança Nacional (LSN), que enquadra os crimes de “tentativa de golpe de Estado” e “abolição violenta do Estado Democrático de

Direito”, principal motivo das penas no STF estarem sendo consideradas elevadas. Essa lei não tem hoje escalas quanto à gravidade do crime cometido.

Oposição discorda

A oposição, especialmente o Partido Liberal, discorda da proposta de alternativa a uma anistia que não seja plena e irrestrita. Em uma nota conjunta divulgada nesta terça-feira (29), os líderes da Oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), da bancada do PL na Casa, Carlos Portinho (RJ), e o presidente da Comissão de Segurança Pública do Senado, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), criticaram a articulação entre os presidentes do Congresso e ministros da Suprema Corte no desenvolvimento dessa proposta alternativa.

“Só cabe ao Congresso Nacional, por lei ordinária, conceder perdão estatal. Por isso, é inadequado que ministros do STF prejulguem”, diz nota.

Por falso testemunho, empresário sai preso de CPI

Por Karoline Cavalcante

Durante uma sessão conturbada da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets, realizada nesta terça-feira (29), o empresário Daniel Pardim Tavares de Lima foi preso em flagrante por ordem do colegiado. A decisão foi tomada pela relatora da CPI, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), após ele ser acusado de mentir sob juramento durante seu depoimento aos parlamentares.

A prisão foi autorizada pelo presidente da comissão, senador Dr. Hiran Gonçalves (PP-PR), que suspendeu temporariamente a sessão para que a Polícia Legislativa formalizasse o auto de prisão. Segundo a senadora Soraya, Pardim fez declarações falsas ao afirmar não conhecer Adélia de Jesus Soares, sua sócia na empresa Peach Blossom River Technology. Esta companhia está ligada à Payflow, outra empresa de Adélia, que atua no setor de pagamentos digitais e é alvo de investigações relacionadas à lavagem de dinheiro e irregularidades em apostas on-line.

Dizer a verdade

“Ele começou mentindo desde o começo, dizendo que não conhece o seu sócio. Ele mentiu mais de três ou quatro vezes, e nós demos a chance, repetimos perguntas. Ninguém constitui uma sociedade com quem você não conhece”, afir-



Saulo Cruz/Agência Senado

Pardim teria mentido sobre sua relação com sócia

mou a senadora. “Ele prestou o compromisso [como testemunha] de dizer a verdade naquilo que não o incriminasse. Mas ele também não pode omitir questões conhecidas... O que nós não podemos permitir é esse desrespeito dentro de uma CPI da maior casa Legislativa do país”, prosseguiu.

Durante o depoimento, Pardim se absteve de responder a várias perguntas e gerou dúvidas ao hesitar sobre a identidade de quem estava custeando sua defesa. Após ser orientado por seus advogados, ele afirmou que os profissionais estavam atuando “pro bono”, ou seja,

sem remuneração.

“Por mais que o código de ética da OAB não obrigue a dizer quem está pagando, o que nós entendemos é que existe alguém pagando, e depois ele mentiu [dizendo] que era pro bono”, disse Soraya.

A relatora também levantou a hipótese de Pardim ser um “laranja”, ou seja, alguém que empresta seu nome para a abertura de uma empresa sem realmente administrá-la. Outros membros da comissão, como os senadores Izalci Lucas (PL-DF) e Damares Alves (Republicanos-DF), também cogitaram essa possibilidade.

Influenciadores

Adélia também foi convocada para prestar esclarecimentos à CPI nesta terça-feira, mas não compareceu. O presidente da comissão anunciou que ela será conduzida coercitivamente para depor, já que não justificou sua ausência. A empresária também atua como advogada da influenciadora Deolane Bezerra, que foi convocada pela comissão no início de abril, mas sua dispensa foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Conforme antecipado pelo Correio da Manhã, entre os principais desafios do colegiado estão as ações judiciais de influenciadores digitais e representantes do setor de apostas para barrar as convocações.

As investigações da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) indicam que a Payflow pode ter sido utilizada para facilitar operações de um grupo estrangeiro envolvido em apostas ilegais no Brasil. A empresa, com atuação internacional, é investigada por suspeitas de atuar fora das normas do Banco Central e de ser uma possível fachada para movimentações financeiras irregulares. Além disso, há indícios de conexões com entidades localizadas em paraísos fiscais, como as Ilhas Virgens Britânicas.

O prazo de encerramento da CPI estava inicialmente marcado para 30 de abril, mas será prorrogado por mais 45 dias.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Arthur Lira discursa na formalização do acordo

Dúvidas sobre o futuro são reunidas em federação

A federação do União Brasil com o Progressistas desperta mais dúvidas do que entusiasmo entre parlamentares dos dois partidos. Há a certeza de que o grupo aumentou seu cacife, mas, ao mesmo tempo questões nacionais e regionais permanecem pendentes.

A maior delas envolve a manutenção da presença no governo federal, o comportamento das ban-

cadadas no Congresso e a decisão de quem apoiar em 2026. Há problemas internos, como a rasteira aplicada em Arthur Lira (AL), que esperava ser o presidente da federação.

As divergências também apontam para 2026. Governador de Goiás, Ronaldo Caiado é pré-candidato à Presidência; o senador Ciro Nogueira (PI) quer ser vice numa chapa de direita ao Planalto.

Paraíba

O caso da Paraíba ilustra bem as dificuldades regionais. No PP há pelo menos dois possíveis candidatos ao governo, o deputado Aguinaldo Ribeiro e o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena. O nome do senador Efraim Filho já foi lançado por aliados do União Brasil.

Cargos

Um deputado do PP que se classifica como moderado diz que não será simples a federação se desligar do governo federal. Seu partido ocupa o Ministério dos Esportes — destinatário de muitas emendas parlamentares — e a Caixa. O União comanda três ministérios.



Lula Marques/ Agência Brasil

Senador falou que MDB foi convidado

Calheiros citou possibilidade de união com partidos

Em evento do grupo Esfera, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) disse que seu partido tinha sido convidado para participar da nova federação.

Apesar da ênfase, ninguém levou muito a sério a revelação. Mais uma vez, o X do problema envolve questões regionais.

No caso do MDB, um acordo com os outros dois

partidos envolveria uma situação impensável, a convivência, sob um mesmo teto, de Calheiros e de Lira, ambos caciques em Alagoas e adversários ferrenhos.

O mais provável é que a federação de União e Progressistas estimule a formação de grupo nos mesmos moldes pelo MDB e Republicanos.

Zebra do Norte

Ex-frade franciscano e um dos principais teóricos da Teologia da Libertação, Leonardo Boff aposta numa zebra amazônica para papa: o arcebispo de Manaus, Leonardo Steiner. Para Boff, o “clamor ecológico” favorece o xará, único cardeal que atua na região.

Vermelhou 1

A seleção brasileira usou camisas vermelhas em duas edições do torneio Sul-Americano. Em 1917, no Uruguai, o time teve que abrir mão do uniforme branco, mesma cor dos usados por argentinos e chilenos. Uma réplica da camisa vermelha está no Museu da CBF.

Política

Colunista do Correio da Manhã, o teólogo ressalta que, além do Espírito Santo, a política tem muito peso nos conclaves que escolhem os papas. Para ele, que há anos se dedica a temas ecológicos, a Amazônia estará no centro dos debates em Roma — daí sua aposta.

Vermelhou 2

A outra partida com o uniforme com a cor que hoje gera tanta polêmica foi em 1937, na Argentina. Nossos craques tiveram que usar a camisa do Independiente. No jogo seguinte, vestiram azul e amarelo, já que precisaram envergar a casa do Boca Juniors.